

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**



A Educação em suas Dimensões Pedagógica, Política, Social e Cultural 2

Atena
Editora
Ano 2020

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**



**A Educação em suas
Dimensões Pedagógica,
Política, Social e Cultural 2**

Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	<p>A educação em suas dimensões pedagógica, política, social e cultural 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-81740-28-3 DOI 10.22533/at.ed.283201302</p> <p>1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais. 3. Educação – Inclusão social. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza.</p> <p style="text-align: right;">CDD 370.710981</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Brinquedo que for dado, criança brinca
brincando com fardado, criança grita
mas se leva pro sarau, a criança rima
(Carnevalli, Rafael, 2015)

A Educação, nas suas diversas dimensões, seja política, cultural, social ou pedagógica, é articular, acompanhar, intervir e executar e o desempenho do aluno/cidadão. As dimensões pedagógicas são capazes de criar e desenvolver sua identidade, de acordo com o seu espaço cultural, pois possuem um conjunto de normas, valores, crenças, sentimentos e ideais. Sobretudo, na maneira de conhecer as pessoas e conhecer o mundo, suas expressões criativas, tudo isto, é um espaço aberto para o desenvolvimento de uma Proposta Pedagógica adequada à escola e de acordo com o disposto na Lei no 9394/96, Título II, Art. 2o: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Diante das transformações econômicas, políticas, sociais e culturais do mundo contemporâneo, a escola vem sendo questionada acerca do seu papel nesta sociedade, a qual exige um novo tipo de trabalhador, mais flexível e polivalente, capaz de pensar e aprender constantemente, que atenda as demandas dinâmicas que se diversificam em quantidade e qualidade. A escola deve também desenvolver conhecimentos, capacidades e qualidades para o exercício autônomo, consciente e crítico da cidadania. Para isso ela deve articular o saber para o mundo do trabalho e o saber para o mundo das relações sociais. No seu âmbito mais amplo, são questões que buscam apreender a função social dos diversos processos educativos na produção e reprodução das relações sociais. No plano mais específico, tratam das relações entre a estrutura econômico-social, o processo de produção, as mudanças tecnológicas, o processo e a divisão do trabalho, a produção e a reprodução da força de trabalho e os processos educativos ou de formação humana. Nesta nova realidade mundial denominada por estudiosos como sociedade do conhecimento não se aprende como antes, no modelo de pedagogia do trabalho taylorista / fordista fundadas na divisão entre o pensamento e ação, na fragmentação de conteúdos e na memorização, em que o livro didático era responsável pela qualidade do trabalho escolar. Hoje se aprende na rua, na televisão, no computador em qualquer lugar. Ou seja, ampliaram-se os espaços educativos, o que não significa o fim da escola, mas que esta deve se reestruturar de forma a atender as demandas das transformações do mundo do trabalho e seus impactos sobre a vida social. A obra “A EDUCAÇÃO EM SUAS DIMENSÕES PEDAGÓGICA, POLÍTICA,

SOCIAL E CULTURAL” em seus 04 volumes compostos por capítulos em que os autores abordam pesquisas científicas e inovações educacionais, tecnológicas aplicadas em diversas áreas da educação e dos processos de ensino. Esta obra ainda reúne discussões epistemológicas e metodológicas da pesquisa em educação, considerando perspectivas de abordagens desenvolvidas em estudos e orientações por professores da pós-graduação em educação de universidades públicas de diferentes regiões/lugares do Brasil. Essa diversidade permite aos interessados na pesquisa em educação considerando a sua diversidade e na aproximação dos textos percebe-se a polifonia de ideias de professores e alunos pesquisadores de diferentes programas formativos e instituições de ensino superior, podendo também cada leitor se perceber na condição de autor de suas escolhas e bricolagens teórico-metodológicas.

Entendemos que esses dois caminhos, apesar de diferentes, devem ser traçados simultaneamente, pois essas aprendizagens não são pré-requisito uma da outra; essas aprendizagens acontecem ao mesmo tempo. Desde pequenas, as crianças pensam sobre a leitura e a escrita quando estão imersas em um mundo onde há, com frequência, a presença desse objeto cultural. Todo indivíduo tem uma forma de contato com a língua escrita, já que ele está inserido em um mundo letrado. Segundo a educadora Telma Weiz, “a leitura e a escrita são o conteúdo central da escola e têm a função de incorporar à criança a cultura do grupo em que ela vive”. Este desafio requer trabalho planejado, constante e diário, além de conhecimento sobre as teorias e atualizações. Enfim, pode-se afirmar que um dos grandes desafios da educação brasileira hoje é não somente garantir o acesso da grande maioria das crianças e jovens à escola, mas permitir a sua permanência numa escola feita para eles, que atenda às suas reais necessidades e aspirações; é lidar com segurança e opções políticas claras diante do binômio quantidade versus qualidade. Escrever é um caso de devir, sempre inacabado, sempre em via de fazer-se, e que extravasa qualquer matéria vivível ou vivida. (GILLES DELEUZE, A literatura e a vida. In: Crítica e Clínica)

Finalmente, uma educação de qualidade tem na escola um dos instrumentos mais eficazes de tornar-se um projeto real. A escola transforma-se quando todos os saberes se põem a serviço do aluno que aprende, quando os sem vez se fazem ouvir, revertendo à hierarquia do sistema autoritário. Esta escola torna-se, verdadeiramente popular e de qualidade e recupera a sua função social e política, capacitando os alunos das classes trabalhadoras para a participação plena na vida social, política, cultural e profissional na sociedade.

Boa leitura!!!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
CONSTRUÇÃO DE CONCEITOS MATEMÁTICOS POR CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL A PARTIR DO JOGO BOLA NA CAÇAPA	
Flávia Cristina dos Reis Abud Fonseca Ana Paula Xavier	
DOI 10.22533/at.ed.2832013021	
CAPÍTULO 2	8
CONSTRUCCIÓN DEL PENSAMIENTO Y CONOCIMIENTO CIENTÍFICO, UNA PROPUESTA PARA EL AULA	
Liliana Esther Mayoral Nouvelière Eugenia Cristina Artola Francisco González García	
DOI 10.22533/at.ed.2832013022	
CAPÍTULO 3	27
COTIDIANO NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORAS: A ESCOLA COMO ESPAÇO DE CRIAÇÃO DAS “ARTES DE FAZER”	
Letícia de Oliveira Castro Heloísa Raimunda Herneck	
DOI 10.22533/at.ed.2832013023	
CAPÍTULO 4	38
CULTURA E INSTITUIÇÃO ESCOLAR: O DIÁLOGO ENTRE OS SUJEITOS QUE FAZEM A EDUCAÇÃO	
Alexandre Souza de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.2832013024	
CAPÍTULO 5	51
DESENVOLVIMENTO DO DESIGN COGNITIVO DO MUSEU VIRTUAL DA ESCOLA PARQUE DE ANÍSIO TEIXEIRA VIA PESQUISA-APLICAÇÃO - DBR	
Ednei Otávio da Purificação Santos Alfredo Eurico Rodrigues Matta Jaci Maria Ferraz de Menezes	
DOI 10.22533/at.ed.2832013025	
CAPÍTULO 6	60
DESPROTEÇÃO SOCIAL E BARBÁRIE:A REALIDADE DE FILHOS E PAIS NA SEGREGAÇÃO DOS HANSENIANOS NA COMUNIDADE DE PARICATUBA IRANDUBA AM	
Ana Maria Menezes Fonseca Ângela Emília Gama da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.2832013026	

CAPÍTULO 7	73
DISCRIMINAÇÃO E INVISIBILIDADE: OS SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA A PESSOA LGBTQI+ E EDUCAÇÃO	
Morgana Naiara Barbosa Moraes	
Luís Antonio Bitante Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.2832013027	
CAPÍTULO 8	82
E LÁ SE FORAM QUATRO ANOS: PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E INCLUSÃO DOS JOVENS COM DEFICIÊNCIA	
Vanderlei Balbino da Costa	
Halline Mariana Santos Silva	
DOI 10.22533/at.ed.2832013028	
CAPÍTULO 9	92
EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL: O PLANTIO DE ÁRVORES FRUTÍFERAS COMO ELEMENTO MOTIVADOR	
Solidade Virgínia Cavalcante Alves	
Abigail de Souza Pereira	
Maria de Fátima de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.2832013029	
CAPÍTULO 10	102
EDUCAÇÃO DO CAMPO E ÊXODO RURAL NO EXTREMO OESTE CATARINENSE: UMA TESE EM SETE ARTIGOS	
José Fabiano de Paula	
Leonidas Roberto Taschetto	
DOI 10.22533/at.ed.28320130210	
CAPÍTULO 11	113
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: DO DIREITO À REALIDADE	
Maria José Poloni	
Neide Cristina da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.28320130211	
CAPÍTULO 12	127
EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: LEVANTAMENTO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS QUE FAVOREÇAM O PENSAR CIENTÍFICO DA CRIANÇA E O REPENSAR DA AÇÃO DOCENTE	
Rosângela Duarte	
Elena Campo Fioretti	
Ana Claudia Paula do Carmo	
DOI 10.22533/at.ed.28320130212	
CAPÍTULO 13	145
EDUCAÇÃO EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES: ELABORAÇÃO DE RECURSO DIDÁTICO PARA O ENSINO DE PARASITOLOGIA	
Thaís Gomes de Paula	
DOI 10.22533/at.ed.28320130213	

CAPÍTULO 14 155

EDUCAÇÃO EM QUÍMICA: O USO DA EXPERIMENTAÇÃO NO ENSINO DE SOLUÇÕES

Josefa Vanessa dos Santos Araújo
José Carlos Oliveira Santos
Joabi Faustino Ferreira
Vanderléia Fernanda dos Santos Araújo
Victor Júnior Lima Félix
Breno do Nascimento Ferreira
Rita de Cássia Limeira Santos
Maria Gabriela da Costa Melo
Tárcio Rocha Dantas
Anamélia de Medeiros Dantas Raulino

DOI 10.22533/at.ed.28320130214

CAPÍTULO 15 165

EDUCAÇÃO EUROPEIA NA IDADE MÉDIA: IMPORTÂNCIA DO CRISTIANISMO

Ozineide Alves de Oliveira
Maickey Lucas de Oliveira Maia

DOI 10.22533/at.ed.28320130215

CAPÍTULO 16 169

EDUCAÇÃO INCLUSIVA À LUZ DA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL: APONTAMENTOS PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO

Raquel Almeida Moreira

DOI 10.22533/at.ed.28320130216

CAPÍTULO 17 177

EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM ESCOLAS ESTADUAIS DE MUNICÍPIOS QUE FAZEM PARTE DO CURIMATAÚ E SERIDÓ PARAIBANO

Judcely Nytyeska de Macêdo Oliveira Silva
Leonardo Lira de Brito
Maria de Fátima Carvalho Costa
Amanda Feliciano da Costa

DOI 10.22533/at.ed.28320130217

CAPÍTULO 18 187

EDUCAÇÃO PERMANENTE DOS DOCENTES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Josy Lira Dias
Kelly de Oliveira Mota
Zilma Torres Dias
Maria Dias Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.28320130218

CAPÍTULO 19 199

EDUCAÇÃO SUPERIOR E MODELO ESTRATÉGICO DE GESTÃO

Adelcio Machado dos Santos
Audete Alves dos Santos Caetano

DOI 10.22533/at.ed.28320130219

CAPÍTULO 20	210
EDUCAR PELA PESQUISA: UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO INTEGRAL ATRAVÉS DA EXPERIMENTAÇÃO EM QUÍMICA	
Patrícia Anselmo Zanotta Daniele Colembergue da Cunha Vanzin Marina Zanotta Rocha Maria do Carmo Galiuzzi	
DOI 10.22533/at.ed.28320130220	
CAPÍTULO 21	220
O JOGO PEDAGÓGICO COMO INSTRUMENTO FACILITADOR NO ENSINO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Eduardo Junior da Conceição Marina Gomes da Silva Guedes Vera Borges de Sá	
DOI 10.22533/at.ed.28320130221	
CAPÍTULO 22	233
INCLUSÃO ESCOLAR: BARREIRAS ATITUDINAIS ENFRENTADAS NA APRENDIZAGEM	
Felipe Correa da Rosa Leite Claudete da Silva Lima Martins	
DOI 10.22533/at.ed.28320130222	
CAPÍTULO 23	242
ESCOLAS YANOMAMI E O CAMINHAR DE SUA EDUCAÇÃO ESCOLAR	
Katriny Alves de Aguiar Valéria Augusta Cerqueira de Medeiros Weigel	
DOI 10.22533/at.ed.28320130223	
CAPÍTULO 24	254
ESQUIZOFRENIA E O PROCESSO EDUCACIONAL	
Tatiane Mello de Miranda Adriane de Lima Vilas Boas Bartz Cintya Fonseca Luiz	
DOI 10.22533/at.ed.28320130224	
CAPÍTULO 25	265
ESTRATÉGIA PARA FORMAÇÃO EM GERONTOLOGIA, APLICAÇÃO DO PROJETO TERAPÊUTICO SINGULAR	
Daisy de Araújo Vilela Isadora Prado de Araújo Vilela Ana Lúcia Rezende Souza Marina Prado de Araújo Vilela Juliana Alves Ferreira Camila Ferreira Araújo Claurestina Ramires da Silva Keila Márcia Ferreira de Macêdo Glauco Lima Rodrigues Renata Machado de Assis	
DOI 10.22533/at.ed.28320130225	

CAPÍTULO 26 278

ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA: ACESSIBILIDADE E ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS ESCOLARES NA REDE MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC

Erica de Oliveira Gonçalves
Gabrielly Cristine da Silva

DOI 10.22533/at.ed.28320130226

CAPÍTULO 27 300

FAMPREPARA: UMA AÇÃO PARA DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

Neire Moura De Gouveia
Vanessa Rodrigues de Jesus
Lenilza Alves Pereira Souza
Daiana Sganzella Fernandes
Morgana Potrich

DOI 10.22533/at.ed.28320130227

CAPÍTULO 28 304

FILOSOFIA E PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE EM JEAN PIAGET E JEAN-JACQUES ROUSSEAU

Letícia Alves Assis
Edson de Sousa Brito

DOI 10.22533/at.ed.28320130228

CAPÍTULO 29 313

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA COM FOCO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE – CTS

Luis Alexandre Lemos Costa
Luciana Carlena Correia Velasco Guimarães
Mauro Guterres Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.28320130229

CAPÍTULO 30 327

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES YANOMAMI: UMA EXPERIÊNCIA NO RIO MARAUIÁ

Katrinny Alves de Aguiar
Valéria Augusta Cerqueira de Medeiros Weigel

DOI 10.22533/at.ed.28320130230

CAPÍTULO 31 336

A PARÁFRASE NO DISCURSO RELIGIOSO MIDIÁTICO

Solange Aparecida de Souza Monteiro
Paulo Rennes Marçal Ribeiro
Giovanna Moraes Ferreira
Letícia Jovelina Storto
Débora Cristina Machado Cornélio
Heitor Messias Reimão de Melo
Fernando Sabchuk Moreira
Valquiria Nicola Bandeira
Carlos Simão Coury Corrêa

Andreza de Souza Fernandes
Monica Soares
Vanessa Cristina Scaringi

DOI 10.22533/at.ed.28320130231

SOBRE A ORGANIZADORA.....	347
ÍNDICE REMISSIVO	348

DESPROTEÇÃO SOCIAL E BARBÁRIE: A REALIDADE DE FILHOS E PAIS NA SEGREGAÇÃO DOS HANSENIANOS NA COMUNIDADE DE PARICATUBA IRANDUBA AM

Data de aceite: 31/01/2020

Ana Maria Menezes Fonseca

Faculdades Marta Falção. Pós graduada em Políticas públicas e SUS.

Email: ana_fonsecamurofushi@hotmail.com

ID Lattes: 4006062189900993

Ângela Emília Gama da Silva

Universidade Nilton Lins. Docente do Curso de Serviço Social. Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia/UFAM.

Email: angelagmayahoo.com

ID Lattes: 1418911332023013.

RESUMO: Ao mesmo tempo em que se lutam por direitos se consolidam, ganham forças as lutas dos filhos dos ex-portadores da hanseníase, ao ter o reconhecimento por parte do Estado, no Amazonas. O objetivo do presente estudo foi analisar a questão da desproteção social e barbárie a realidades de filhos e pais separados pela segregação dos hanseniano na comunidade de Paricatuba no Município de Iranduba. Observa-se nos ex-portadores da Hanseníase, a carência, sentimento de tristeza, de inutilidade, vergonha, culpa e constrangimento. Esse trabalho foi de cunho bibliográfico, realizado através da pesquisa em livros, revistas, artigos e internet.

O aumento da Hanseníase no Amazonas gerou um impacto marcante na vida de pais e filhos, representa uma metáfora excludente criada no período áureo da Borracha, deixando um resíduo, afastando dos olhos a hanseníase, como se a sociedade da elite cosmopolita também não tivesse produzido. O Estado teve que reconhecer os direitos desses filhos que foram segregados, que carregam marcas profundas até os dias atuais. O Estado tem que reconhecer não somente o direito as pessoas que foram segregados em hospitais colônia, mas também as pessoas que ficaram isolados em domicílio em plena floresta Amazônica.

PALAVRAS-CHAVE: Hanseníase, exclusão Social, Direito Social.

SOCIAL AND BARBARIAN DEPROTECTION: THE REALITY OF CHILDREN AND PARENTS IN THE SEPARATION OF HANSENIANS IN THE PARICATUBA IRANDUBA AM COMMUNITY

ABSTRACT: At the same time as struggles for rights are consolidated, the struggles of the children of former leprosy carriers gain strength, as the state recognizes them in the Amazon. The aim of the present study was to analyze the issue of social unprotection and barbarism to the realities of children and parents separated by the

segregation of leprosy in the community of Paricatuba in the municipality of Iranduba. It is observed in former leprosy patients, the lack, feeling of sadness, worthlessness, shame, guilt and embarrassment. This work was of bibliographic nature, accomplished through the research in books, magazines, articles and internet. The increase in leprosy in the Amazon has had a marked impact on the lives of parents and children, representing an exclusionary metaphor created in the golden age of Rubber, leaving a residue away from leprosy, as if the society of the cosmopolitan elite had not produced either. The state had to recognize the rights of these segregated children, who carry deep marks to the present day. The state has to recognize not only the right of people who were segregated in colony hospitals, but also those who were isolated at home in the middle of the Amazon rainforest.

KEYWORDS: Leprosy, Social exclusion, Social Law.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda o tema: Desproteção Social e barbárie: A realidade Social de filhos e pais separados na segregação dos hansenianos na comunidade de Paricatuba Iranduba. Contextualizando a política de isolamento compulsório as pessoas infectadas pela doença. E a separação dos pais de seus filhos que deixaram marcas e sequelas psicológicas presentes até os dias atuais e os direitos concedidos ao Estado como reparação às pessoas acometidas pela hanseníase e a luta dos filhos dos hansenianos por direitos.

Este trabalho teve por objetivo geral analisar o alto índice de focos de Hanseníase em Manaus e a política de isolamento compulsório aplicado aos filhos dos Hansenianos em Paricatuba. E como objetivos Específicos descrever a separação dos filhos de seus pais na Cidade de Manaus a partir de uma Política de exclusão; refletir sobre os direitos a indenização por parte do Estado as pessoas vítimas da separação dos pais; verificar as sequelas e marcas as pessoas vítimas da Hanseníase e as Políticas de saúde de combate a Hanseníase.

Culminando na hipótese de que procuramos uma compreensão para os significados e valores atribuídos aos portadores da Hanseníase mediante sua trajetória de vida, pelos sofrimentos causados pela doença, a separação dos seus filhos, e os direitos a indenização e o reconhecimento do Estado.

Para atingir os objetivos optou-se por uma metodologia qualitativa de estudo para que pudesse entender os motivos de tanta barbárie, tanta atrocidade, e a ausência do poder público com os Hansenianos que foram segregados duas vezes, primeiramente para Paricatuba, e a segunda segregação para a Colônia Antônio Aleixo, procurou-se analisar inicialmente cada categoria, e o objeto de análise e os principais condicionantes.

O levantamento bibliográfico serviu de facilitador para um melhor entendimento

na questão dos Hansenianos e suas vulnerabilidades sociais sofridas para obter seus direitos reconhecidos pelo Estado por terem sofrido a segregação de seus pais. O interesse pelo tema se deu a partir das observações dos principais entraves sociais na vida dos hansenianos e de seus filhos em terem seus direitos reconhecidos.

A pesquisa torna-se relevante pelo motivo de buscar em lócus as respostas para o descontentamento dos portadores de Hanseníase. É intrigante que em pleno século XXI o Estado não reconheça o direito dos portadores da Hanseníase de que não exista registro desses documentos, pois foram extraviados, já os filhos lutam por esse reconhecimento.

Ao concluirmos a pesquisa percebemos que o grande desafio é o reconhecimento do Estado com os portadores da hanseníase, reparando as marcas profundas e sequelas aos filhos que se refletem nos dias atuais, e foram marcas interiores maiores que suas chagas levando ao dilaceramento de suas almas.

2 | A ORIGEM DA HANSENÍASE NO MUNDO

A hanseníase é uma doença causada pelo bacilo quando não tratada evoluir para deformidade causando problema psicológico na pessoa infectada.

Segundo o Ministério da Saúde (2002, p. 12) explicita que:

A hanseníase é causada pelo *Mycobacterium lepra* e, ou bacilo de Haneses, que é um parasita intracelular obrigatório, com afinidade por células cutâneas e por células dos nervos periféricos, que se instala no organismo da pessoa infectada, podendo se multiplicar. O tempo de multiplicação do bacilo é lento, podendo durar, em média de 11 a 16 dias. O Mleprai tem alta infectividade e baixa patogenicidade, isto é, infecta muitas pessoas só poucas adoecem. O homem é reconhecido como uma única fonte de infecção (reservatório), embora tenham sido identificados animais naturalmente infectados.

Sendo a hanseníase responsável pelo estigma do preconceito e exclusão social podendo conviver várias pessoas em uma casa somente uma contrai a doença porque depende da imunidade da pessoa.

A priori se hanseníase não for tratada evolui para a deformidade, ocasionando problemas na pessoa com a doença, muitos escondem a doença por medo e preconceito da sociedade e da própria família, do emprego, pois se o empregador souber lhe dará as contas, por isso que a hanseníase vem aumentando nos interiores do Amazonas e em Manaus.

Ela é originada desde nos princípios do mundo, já aparecendo nos escritos bíblicos. A hanseníase é conhecida como lepra e era vista como doença espiritual, castigo divino. A vida toda uma averiguação foi feita pelo Sacerdócio se fosse comprovado que esse estivesse com a lepra era mantido em quarentena.

A respeito desse assunto Levítico afirma que: “[...] disse o senhor a Moises e a

Arão o homem que tiver na sua pele inchação, pústula, ou manchas lustrosas, e esta nela se torna como praga de lepra, será levado a Arão a Sacerdote, ou um de seus filhos sacerdote. [...]” (LEVITICO, 13, 2000. p.12 - 3).

Se fosse comprovado à pessoa era considerada imunda e impura. O local para se fixar moradia era longe da cidade quando uma pessoa sadia, se aproximasse tinha que gritar que era impuro, como forma de se identificar, usar vestimentas brancas, chocalhos nos pés e barbas longas e andar despenteado.

A lepra migrou da Mesopotâmia através das tropas dos soldados Romanos do exército de Alexandre e Dario. Nas conquistas de novas terras que ao passar a contrair a doença fazendo com que essa se propagasse.

A esse respeito Botelho (2009) defende que:

Sabe-se, que, em pouco tempo a lepra alcançou o sudoeste da Ásia e o leste do Japão transportado pelo exército de Dario de Alexandre ao oeste e oriente. E os comerciantes Fenícios contribuíram para a difusão mediterrânea, assim como a regiões Romanas se encaminharam de propagar-la na Europa e Oriente Médio (BOTELHO, 2009, P.42).

O Exército Romano foi o responsável pela proliferação da doença no mundo a partir do momento que terras eram adquiridas e a doença se propaga nesse período.

2.1 Hanseníase no Brasil

A hanseníase surge no Brasil no processo de colonização, através das expedições Portuguesas para o Brasil, por ser colônia de Portugal, o local era propício para que Portugal depositasse no Brasil os leprosos, as prostitutas, e aquelas pessoas que tinham cometido delitos em Portugal.

Conforme Galvan (2003, p.20) aponta que “Os primeiros registros da hanseníase no Brasil datam 1600, na cidade do Rio de Janeiro, onde foi criado o primeiro “lazareto”, para atender os doentes de Lazaro”.

A lepra se propaga no Brasil, o Governo não havia descoberto o que causava a doença, foram construídos os Lazaretos para tratarem os doentes.

Portanto não houve interesse por parte do Governo colonial em tratar e buscar medidas para o tratamento da lepra a não ser construir leprosários para isolamento.

Autores como Queiroz, Puntel, (1997, p. 31) afirmam que “as primeiras iniciativas do Governo colonial só foram tomadas dois séculos depois, com a regulamentação do combate à doença, por ordem de D. João V”. Entretanto, as ações do controle limitaram-se a construção de leprosários, em uma Assistência precária aos doentes.

A lepra se propagou em todo o território Brasileiro, a medicina não havia descoberto a cura para a doença apesar de vários estudiosos tentarem buscar a cura o próprio Hanses propôs a política do isolamento compulsório, era uma forma

de controlar as pessoas doentes das pessoas saudas, porém Hanses não disse como deveria ser a Política do isolamento.

Em 1920, foi criado o Departamento Nacional de Saúde Pública pelo decreto de N°14 que trazia a Política do Isolamento Compulsório aos portadores da lepra, a lei trazia uma política de exclusão, segregação, e proibia os pais de ficarem com seus filhos. Em 15 de setembro de 1920, com a criação do Departamento Nacional de saúde pública pelo Decreto nº 14, foi instituída a Inspeção de Profilaxia da I e Doenças Venéreas. (QUEIROZ E PUNTEL,1997)

Os hansenianos quando era descoberto com a doença, começava a sua peregrinação e sofrimento, o preconceito era latente eram expulsos das suas casas pelas autoridades da época, usavam o argumento que tinham que eliminar suas terras, para que pudesse eliminar as impurezas, dessa forma estavam protegendo as pessoas saudas que não tinham a hanseníase. Era desumano vê suas casas pegando fogo, sendo rebocado nas canoas para o local pelo qual iam segregados. Com a criação da lei os portadores da lepra foram proibidos de ter uma vida social pelo fato do contágio, uma vez que a medicina não havia descoberto a cura para a doença.

De acordo com Jesus e Costa (2012, p.33):

Em 1949 foi sancionada a lei número 610, 13 de janeiro de 1949, pra regulamentar o processo de segregação dos hansenianos no Brasil em todo o território Nacional, essa lei veio reforçar a lei criada em 1920 que trazia a política do isolamento compulsório aos portadores da lepra.

Portanto, percebe-se que a discriminação e preconceito não é recente, faz-se presente desde primórdio da doença segregando as pessoas e seus familiares.

2.2 O Surgimento da Hanseníase no Amazonas

A lepra chega ao Amazonas através do processo migratório dos emigrantes Nordestinos e vem para Manaus fugindo de uma grande seca que assolava aquela Região e que duraram três anos.

Conforme Teixeira (2009, p. 36) afirma que:

Vários fatores contribuíram para que grande contingente humano do Nordeste fosse transferido para a Amazona. No entanto, a grande seca de 1877, foi o maior e mais imediato, pois coincidiu com o período da borracha iniciava uma fase considerável expansão. Assim deu-se início ao formidável deslocamento humano.

A Economia no Amazonas prevalecia com a extração gomífera e muitos migram para Manaus em busca de ganhar dinheiro, o Governo Federal anuncia em todo Território que Manaus é a terra para se ganhar dinheiro, pois a mão de obra encontrava-se escassa nesse período por quem fazia a extração do Látex era os

indígenas Omaguas, estes não se adaptaram ao corte, abandonaram e fugiram, pois a sua cultura era de caçar e pescar. Muitos com o objetivo de ficar ricos e começa um fluxo de migração, o Ceara foi o que mais houve pessoas vindo para o Amazonas.

Houve um fluxo migratório de pessoas vindo dos sertões para Manaus em busca de trabalho, porém muitos estrangeiros vieram para Manaus atraídos pela notícia que havia muitas riquezas concentradas em Manaus, uma grande oportunidade de fazer fortuna.

A esse respeito Bechimol (1999, p. 135) aponta que:

No decorrer desse longo período acima, de quase 80 anos, a Amazônia recebeu uma considerável massa humana de imigrantes Nordeste, aqui genericamente conhecida, como Cearenses. Procediam geralmente da zona s do agreste e do sertão do Ceara, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, e outros Estados Nordeste, sendo tangidos pela seca, imigração por fome, ora simplesmente atraídos pelo apetite de seringa- imigração por cobiça, fortuna e aventura, ou simultaneamente por ambos.

Fica evidenciado que o Amazonas recebeu um contingente de imigrantes Nacional e estrangeiros que vem para Manaus em busca de riqueza e traz consigo as doenças.

Dias (2007, p. 117) defende que:

Manaus no século XIX passa por um processo de urbanização a cidade está sendo construída no modelo Frances, a economia prevalecia como apogeu da borracha, portanto a cidade recebeu um contingente de imigrantes, migrantes a partir do momento que eles vêm trazem consigo as doenças como: Lepra, Beri beri, pelas condições que se encontrava na pauperização, muitos ficam na cidade , nem todos consegue se alocar para o interior suje na cidade uma profilaxia de doentes, a saúde não era prioridade, o Estado e pressionado pela Elite extrativista da borracha, a uma solução para o problema que se encontrava na Cidade, os hansenianos com sua s chagas causava repudio as damas da alta sociedade.

A riqueza propiciada pela borracha somente foi para a classe Burguesa, ilusão para os migrantes que vieram. Os leprosos foram excluídos da sociedade e levado para Umirasal, mas tarde no declínio da borracha e o alto crescimento da lepra, o Estado aplica a política do isolamento compulsório aos portadores da lepra levando para Paricatuba.

2.3 Processos Históricos da Comunidade de Paricatuba e o Leprosário Belizário Pena

Com o crescimento da hanseníase o Estado constrói um leprosário, hospital colônia para ser o novo destino dos hansenianos, o local deveria seguir o modelo francês de difícil acesso para os doentes não fugirem e o responsável manter a vigilância e o controle do Estado. Paricatuba foi o local pensado e perfeito para abrigar os doentes de lepra.

Galvan (2003, P.26) nos afirma que “Paricatuba está situada as duas horas de viagem pelo rio, da cidade de Manaus. Este passou a ser o novo destino dos doentes”.

Diante dos grandes fatos, os governantes do Estado do Amazonas aplicaram a política de isolamento e exclusão como forma rápida e eficaz de resolver e solucionar os problemas. Essa política excludente só foi possível porque os governadores do Amazonas aplicaram o modelo francês, a França no século XIX desenvolveu uma política disciplinar excludente aos portadores da lepra, estes eram afastados da cidade no local designados para estes. o Governo francês mantém uma política excludente de vigilância e punição chamada por Foucault como sequestro disciplinar onde os leprosos não tinha autonomia para o seu próprio corpo.

Nesse sentido, Foucault (2008, p. 164) defende que:

O leproso é visto dentro de uma prática de rejeição, do exílio – cerca; deixa-se que se perca lá dentro como numa massa que não tem muita importância diferenciar os pestilentos são considerados num policiamento tático meticuloso onde as diferenciações individuais são efeitos limitantes de um poder que se multiplica, se articula e subdivide.

Fica evidenciado que Manaus passou por um processo de embelezamento e transformação, quando a economia prevalecia, a borracha propiciou a construções de grandes monumentos inspirado no modelo Francês, a política de segregação de exclusão de vigilância.

Paricatuba tem toda uma historicidade construída no século XIX para abrigar a elite extrativista da borracha, quando a economia estava em alta, foi construída uma grande hospedaria para abrigar os andarilhos e viajantes.

De acordo com Silva (2008, p.51),

Paricatuba inicia suas atividades em 1898, com a construção de uma hospedaria para os emigrantes. Em 1900, o Governador Constantino Nery ofereceu o prédio para a missão de uma obra Educacional administrada pelos Padres. Em 1906 ,foi a primeira Escola Técnica do Amazonas .Em 1916, foi uma casa de detenção ,em 1922,ocorreu um aumento de caso de hanseníase no amazonas .Em 1924, o Governador Turiano Chaves Meira cedeu o prédio de Paricatuba e passa a si tornar leprosário.

Para se tornar leprosário o Paricatuba passou por esse processo, inicia o processo de exclusão isolamento dos doentes de lepra, tornando o destino dos hansenianos uma política de coesão, um crime praticado pelos agentes e médicos e pelo Estado, essas pessoas foram arrancadas do seio da sua família.

Hoje o Paricatuba tem acesso por meios terrestre sendo localizado no Município de Iranduba, o local ficou por anos isolados o Estado não tinha interesse de abrir estrada pelo medo da doença repercutiu por muitos anos em Paricatuba.

Silva (2008, p. 53) aponta que,

Em 1970, foi instalada uma missão religiosa denominada Missão Pistoia da igreja católica, liderada pelo padre Humberto Guidotti, que em 1982 reconstruiu parte do edifício e dos equipamentos comunitários, proporcionando a estruturação da vila com apoio do INCRA que cedeu ao Centro Social fazendo com que as pessoas (ex-pacientes) retornassem e lá fixasse residência, assim, como muitas outras pessoas chegaram e também construíram suas casas constituindo a localidade de Paricatuba em 1990.

Paricatuba passou por uma metamorfose, transformou-se com a chegada de novos moradores que povoaram a comunidade. Mais tarde seriam transferido para a Colônia Antônio Aleixo.

2.4 Colônia Antônio Aleixo

A Colônia Antônio Aleixo foi o local pensado e designado para segregar, isolar e excluir os leprosos de Paricatuba, os hansenianos sofrem a segunda segregação, pois são retirados do Paricatuba para o bairro Colônia Antônio Aleixo. Esse local ficava distante da Cidade de Manaus. Havia toda uma vigilância sobre os doentes, uma vez que, houve o comentário que as águas de Paricatuba estava contaminada com a lepra, pois os hansenianos banhava se no Rio.

Ribeiro (2011, p,71) defende que:

Na década de 40, decidiu-se transferir os doentes para outra área situada a 32 km do centro de Manaus, nas proximidades de um lago. Esta localização satisfazia as autoridades e a população, pois não haveria, mas a possibilidade de contaminar a cidade. Este novo leprosário foi dado o nome de Colônia Antônio Aleixo.

A exclusão, e o isolamento dos hansenianos só foram possíveis porque o Estado utiliza de estratégia causando pânico sobre o contágio da lepra. Diante dos fatos a segregação só ocorreu porque o médico sanitaria Osvaldo Cruz propôs que os doentes precisavam ficar em um local com bastante floresta onde eles pudesse tirar da terra seus sustentos, considerados um peso morto para o Estado, era uma forma deles desaparecesse de forma natural, sendo que pela mutilação não tinham capacidade de trabalhar na agricultura e subsidiar seus produtos, mesmo doente eles plantavam e seus produtos eram vendido de forma barata, pelo preconceito e medo da sociedade em consumir tais produtos.

2.5 Os Educandários e a Adoção Ilegal dos Filhos dos Hansenianos

O processo de segregação se iniciou no governo de Getúlio Vargas, aplicando uma política sanitaria, apoiando práticas excludentes aos leprosos, através da coerção.

Ribeiro (2011, p. 43) afirma que “a política sanitária na era getulista; e a

segregação no Amazonas, mais especificamente na cidade de Manaus, onde a hanseníase tornou endêmica com o advento da exploração da borracha no século XIX”.

Quando Hanses propôs o isolamento compulsório dos hansenianos, ele não falou como seria aplicada essa política de perseguição, barbárie, atrocidade aos filhos dos hansenianos. As crianças, filhos de leprosos, eram arrancados dos seios de sua família e levado para os Educandários, construído para esses fins, a mulher portadora de lepra ao ser diagnosticada com hanseníase tivesse grávida havia uma enfermeira 24 horas esperando a mesma dá a luz, e imediatamente a criança era levada para os Educandários, aos cuidados das freiras. Havia uma legislação que dava poder e tornava legal a adoção.

O isolamento compulsório não puniu só os pais, mas, se estendeu aos filhos dos hansenianos, sendo estes retirado do seio de sua família, ocasionando danos a vida dessas pessoas.

Em consonância Ribeiro (2011, p. 74) retrata que:

A separação repentina da família, dos amigos, da própria terra, constituía uma grande violência para os doentes. Tratava-se de uma morte social, pós-muitos deles sabiam que não voltaria a ver seus familiares. A forma como era levados, rebocados em canoas por um barco, representava um grande desrespeito a dignidade humana, justificado pelas normas sanitárias vigentes em defesa das pessoas sadias e do capital.

A forma como essas pessoas foram tiradas do seio familiar para o hospital Colônia Belizário Pena em Paricatuba, levaram a morrerem de depressão, tristeza e dor. Logo, a saudade já era grande.

A lei da separação repentina da família ocasionava problema e danos psicológicos na vida das crianças, nos locais designados para estes fins o educandário havia toda uma disciplina, as crianças eram treinadas a fazerem trabalho doméstico e os homens aprendiam a ser carpinteiro. Houve um fluxo de adoção ilegal, as freiras responsáveis pelas crianças, as deixavam ser adotadas por famílias Brasileiras e Europeias. Os filhos das mulheres doentes, ao nascerem imediatamente eram retirados para que não fossem contaminados pela doença.

De acordo com o Movimento Reintegração das Pessoas Atingidas pela hanseníase – MORHAM, a política de segregação foi um crime que o Estado cometeu ao separar os filhos dos seus pais.

Segundo o jornal Diário do Amazonas (2014):

Instalada inicialmente na colônia do Paricatuba, no município de Iranduba, a mãe de Zeida afirma que aos 14 anos foi isolada na colônia junto a Irmã. Em 1968, quando foi transferida para a capital, a mãe da idosa, acompanhou os filhos, mas não pode ficar na colônia por não possuir a doença. “Minha mãe ralava por Manaus” já que não conhecia ninguém ficava no sofrimento. Chorava de febre com os seios cheios

A mãe não tinha oportunidade de amamentar e cuidar dos seus filhos ocasionava um sofrimento, por parte do Estado, pois a mãe carregava aquela criança por nove meses no seu ventre e por falta de uma política mal elaborada ela era afastada cruelmente dos seus filhos. Elas adoeciam de saudades, e a febre tomava conta do corpo dessas mulheres que tinham os seios pedrados por não amamentar e a dor tomava conta dessas mulheres que não conseguiam uma saída para suas dores e lamurias.

3 | METODOLOGIA

A pesquisa realizada nesse trabalho pode ser classificada por seu caráter bibliográfico, que permitiu maior intimidade com os recursos a serem utilizados na captação de questões relevantes nas entrelinhas da pesquisa em relação com o objeto paralelo da mesma, onde foi feita coletas de informações a respeito da problemática abordada através da observação.

De acordo com Lakatos e Marconi (2001, p.190) “a observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utilizar os sentidos na obtenção de determinado aspecto da realidade”.

Neste trabalho foi inserida uma proposta metodológica qualitativa de estudo para que pudesse entender os motivos pertinentes sobre a Barbárie que os exportadores da Hanseníase passaram ao viver o período de segregação em Manaus, buscando compreender os fatores concretos ou ocultos da desproteção social e barbárie que viveram na Manaus da Belle Époque, e em plena selva Amazônica, procurou-se analisar inicialmente cada categoria e objeto de análise e seus principais condicionantes.

3.1 Análise e Interpretação dos Resultados

As sequelas e marcas deixadas pela separação dos pais persiste nos filhos até os dias atuais. Sobreviver a esses atos de barbárie e crueldade foi uma vitória, as marcas pelo preconceito estão presentes ainda hoje, com os os filhos segregados lutando por seu direito a indenização, esse dinheiro não significa nada diante das atrocidades vivenciadas.

Se a indenização aos filhos separados de pais portadores de hanseníase for concedida, o país passará a ser o primeiro a adotar essa postura.

De acordo com Rogério Sottili, ex secretário-executivo da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a instituição da pensão é mais do que uma

compensação econômica, e uma forma de “*desculpas Públicas*”. De acordo com o MORHAN, a Lei Federal 11.520 assegura um benefício as pessoas que tiveram hanseníase, mas somente para quem foram internadas em clínicas.

O ex Hanseniano João Pereira defende que:

“A indenização nada mais é do que um alívio de todo sofrimento enfrentado pelos ex-portadores “Agora as pessoas sabem que a hanseníase tem tratamento, que estamos curados. Naquela época era feio. Eu nunca estudei tinha que sair dez horas da noite para tomar banho, porque as pessoas não deixavam tomar banho de dia. Eu vivia totalmente escondido da sociedade. Se essa indenização é por causa do preconceito, eu sou um que já deveria ter recebido. Eu me sinto discriminado de novo, do mesmo jeito que antes” (Diz.João Pereira ex hanseniano, 2015)

A Lei só beneficia quem ficou em hospital – colônia, muitos ficaram internados nas matas, nos seringais não sabiam onde era a distância também, foram para outros municípios, tinha o hospital Souza Araújo, localizado em Rio Branco, AC, superlotados, outros ficaram em hospitais de base. Somente no Acre temos registro que mais de mil filhos foram separados dos seus pais no Acre.

Em Manaus, a manifestação à indenização aos filhos separados de pais portadores de hanseníase teve início com a discussão realizada no dia 26 de Abril de 2011, na sede da Ordem dos advogados do Brasil (OAB-AM) durante o projeto filhos separados promovidos pelo Movimento de reintegração de pessoas Atingidas pela Hanseníase (MORHAN) que ocorreu em todos os Estados do país.

A pesquisa revelou outros percalços no contexto à indenização dos filhos separados, isto porque em alguns lugares os registros, a lista com a relação dos nomes dos pacientes e lista com os nomes dos filhos encaminhados a educandários, preventórios, e outros locais que possivelmente essas crianças tenham sido encaminhadas, foram queimados ou extraviados, o que dificulta a comprovação para alguns filhos segregados de pais portadores da Hanseníase.

Em 28 de abril de 2015, durante audiência Pública realizada na Assembleia Legislativa do Amazonas (ALE-AM). O movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela hanseníase (MORHAN), cobrou das Autoridades uma indenização para os filhos que foram separados dos pais no período dos antigos leprosários.

De acordo com o jornal Acrítica (2014) no Amazonas:

No Amazonas, o MORHAN estima que 400 filhos foram separados dos pais em meados da década de 30. Segundo o coordenador Nacional do movimento, Artur Custodio, o debate tem o objetivo de apoiar a luta para aprovar uma emenda à Lei Federal nº 11.520/07 e tramita no Congresso Nacional, que garantirá uma reparação financeira de R\$ 50 mil a cada filho separado. (ACRÍTICA.UOL 09/05/2014).

A pesquisa aponta que fica evidenciado que as lutas por direito a essa indenização está longe de ter um final feliz para os filhos de ex-portadores da

hanseníase é o valor não paga o que essas pessoas sofreram, mas tenta reparar erros cometidos pelo Estado e que afetou mais de 40 mil pessoas em todo o Brasil.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização deste trabalho foi possível ter conhecimento da realidade dos ex-portadores da hanseníase e de seus filhos, também compreender a luta por direito a essa reparação aos filhos segregados de seus pais por parte do Estado.

Nos estudos e análise da atual população brasileira percebe-se que esse processo de segregação se deu em todo o Brasil, e é preocupante que o Amazonas vem mostrando novamente, um aumento de pessoas infectadas com o bacilo da hanseníase, tendo em vista que os dados mostram a necessidade de intervenções estatais para que haja um controle sobre a doença.

O presente trabalho apresentou as respostas encontradas na investigação da pesquisa sobre a questão norteadora em ainda haver resistência por parte do Estado na reparação aos filhos segregados de seus pais.

Mostrou que ainda é alto o índice de focos de Hanseníase em Manaus, justificado pelo abandono do paciente ao tratamento, pelo longo período de tratamento, efeitos colaterais dos medicamentos, os preconceitos, a falta de ampliação dos programas voltados a esse público, bem como outros espaços além de hospitais, como as escolas, igrejas, e outros espaços sociais; a falta de atendimento à saúde nos Municípios do Estado, entre outros, são os maiores causadores dessa reincidência da doença.

Frente a essas descobertas pontuou-se que não há Políticas Públicas específicas para o enfrentamento da Hanseníase, mas sim programas, projetos e campanhas de combate a Hanseníase desenvolvido e implementado pelo Ministério da Saúde do Governo Federal, porém esses programas não deixam de fazer parte da Política de Saúde, mais não são suficientes para dar uma resposta mais eficaz ao aumento da doença e a melhoria das condições de saúde das pessoas que são acometidas por ela.

REFERÊNCIAS

A Bíblia **Sagrada Traduzida em Português** por João Ferreira de Almeida. IN: Revista Corrigida no Brasil. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.

BRASIL. **Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de atenção Básica.** Brasília: Ministério da Saúde, 2002

_____. Guia para controle da Hanseníase / Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde. – 1. Edição- Brasília Ministério da Saúde, 2002.

BECHIMOL, Samuel. **Amazônia Formação social e cultural**. Manaus: Editora Valer, 1999.

BRAVO, MARIA, Inês de Souza. **Saúde pública – 4. Ed. – São Paulo. Ministério da Saúde, 2009.**

BOTELHO, João Bosco. **Epidemias – a humanidade contra o medo da morte.** / João Bosco Botelho. - Manaus: Ed. Valer, 2009

DIAS, Edineia Mascarenhas. **A ilusão do Fausto – Manaus 1890-1920.2 Ed. Manaus: Editora Valer, 2007.**

DIARIO DO Amazonas. **No Amazonas, 200 crianças foram retiradas dos Pais Hansenianos ao nascerem. Caderno Cidades. Domingo, 9 de fevereiro de 2014.**

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhetes.**35. ed. Petrópolis,RJ: Vozes 2008 – 288p.

GALVAN, Alda Luiza. **Hanseníase (lepra): que representações ainda se mantêm ?/Alda Luiza Galvan. –Canoas: Ed. UBRA, 2003**

JESUS, Eric Gamboa Tapajós de; COSTA, Antônio José Vale Da. **Isolamento, história da segregação dos hansenianos no Amazonas.** Inter com – Sociedade Brasileira de Estudos

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina De Andrade. **Técnicas de pesquisa.** 5ª Edição, São Paulo Editora Atlas, 2001.

RIBEIRO, Maria de Nazaré de Souza. **De leprosário a bairro: reprodução Social.** Em espaço de segregação na Colônia Antonio Aleixo (Manaus- AM).São Paulo.Esp.,2011.

SILVA, Glaubecia Teixeira da. **Percepções sócio - espaciais e de turismo em Paricatuba.**

TEIXEIRA, Carlos Correa. **Servidão Humana na selva - O aviamento e o barracão nos seringais da Amazônia** / Carlos Correa Teixeira. Manaus: Editora Valer / Edua, 2009.

QUEIROZ, Marcos de Souza **A endemia hasênica: uma perspectiva multidisciplinar./**Marcos de Souza Queiroz; Maria Angélica Puntel – Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997. 12º p.1 Hanseníase. I. Puntel, Maria Angélica.

CDD. -20. Ed.- 616.998

SITES

http://acritica.ol.com.br/noticias/Audiencia-indenizacao-separados-hansenianos-Amazonas_0_1347465253.html . Acessado às 18:00,em outubro de 2015.

<http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/09/mais-de-300-ex-hansenianos-ainda-lutam-por-indenizacao-no-ac.html> . Acessado às 18:00, em outubro de 2015.

<http://g1.globo.com.br/aumento-caso-de-hanseníase-g1.globo.com//Manaus-28/01/2012-Atualizado-em-31/05/201/acessado-em-22/10/201>

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alfabetização 7, 98, 120, 121, 122, 123, 145, 148, 230, 250, 314, 315, 322, 325, 332
Annona muricata L 92, 93, 99
Aprendizagem docente 27
Arborização escolar 92, 100
Atenção integral à saúde 73
Atendimento educacional especializado 1, 2, 4, 6, 33, 84, 85, 86, 87, 90

C

Conocimiento científico 8, 9
Cotidiano escolar 27, 31, 35, 36, 37, 42, 46, 281
Cristianismo 165, 166
Cultura escolar 38, 39, 40, 41, 46, 49, 50, 147

D

Deficiência intelectual 1, 3, 4, 175
Design-based research 51, 52, 59
Design cognitivo 51, 53, 54, 55, 56, 58
Didáctica de la Biología 8, 10
Divulgação científica 143, 145, 146, 148, 299

E

Educação de jovens e adultos 113, 114, 117, 118, 119, 120, 121, 124, 125, 126
Educação do campo 102, 104, 105, 106, 107, 110, 111
Ensino de química 156, 164, 325
Ensino médio 44, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 118, 119, 156, 157, 158, 159, 164, 210, 212, 213, 218, 220, 225, 226, 231, 249, 301, 302, 303, 325
Escola parque 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59
Escola pública estadual 38
Espaço não escolar 145, 148
Espaços culturais 38
Êxodo rural 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112
Extremo oeste catarinense 102, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 112

F

Formação continuada 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 128, 129, 135, 142, 143, 189, 191, 192, 193, 195, 196, 197, 231, 297, 313, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 347
Formação de professores 37, 83, 86, 129, 130, 131, 134, 135, 143, 145, 147, 164, 191, 194, 198, 218, 242, 247, 249, 251, 252, 253, 314, 316, 318, 321, 322, 324, 325, 326, 327, 329, 335

H

Historia de las Ciencias 8

I

Idade média 132, 165, 166, 167, 168

Inclusão 1, 48, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 113, 114, 121, 125, 130, 131, 143, 147, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 179, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 233, 234, 235, 240, 241, 253, 262, 263, 278, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 297, 298, 299

Inclusão escolar 82, 84, 85, 86, 87, 113, 174, 176, 177, 185, 233, 234, 235, 241, 263, 283, 284, 285, 297, 299

J

Jogo 1, 3, 4, 5, 6, 115, 119, 220, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 321, 322, 331

L

Legislação 68, 86, 88, 106, 113, 114, 123, 179, 192, 246, 252, 327, 328

Letramento científico 145, 148

M

Matemática 1, 7, 219, 236, 238, 250, 254, 302, 313, 318, 321, 323, 324, 332

Metodologia experimental 156, 159

Museu virtual 51, 54, 56, 57, 58

P

Pensamiento científico 8

Pequenos querubins 92, 94, 98, 99, 100, 101

Política pública de saúde 73

Políticas educacionais 37, 82, 282

População LGBTQI+ 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80

Prática pedagógica 27, 31, 34, 36, 39, 47, 129, 134, 231, 241, 273

Práticas culturais 38, 48

S

Sociocultural 77, 102, 103, 104, 111, 131, 195, 253

Soluções 4, 35, 45, 52, 55, 155, 156, 158, 159, 160, 163, 202, 206, 208, 216, 223, 262, 270

T

Tese 102, 103, 105, 106, 112, 143, 144, 176, 186, 200, 218, 253, 263, 323, 325, 346

 **Atena**
Editora

2 0 2 0